

## Monteiro Lobato e *O Estado*:

convergências no tempo e espaço

Thiago Alves Valente

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALENTE, TA. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 254 p. ISBN 978-85-7983-107-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# 1

## MONTEIRO LOBATO E O ESTADO: CONVERGÊNCIAS NO TEMPO E ESPAÇO

*“A roda que sempre freqüentara pertencia à oposição. Era um grupo pequeno, de elite, composto de intelectuais desejosos da reforma da cultura e dos costumes brasileiros, homens sobretudo de trato social apurado, moralmente íntegros.”*

*(Edgar Cavalheiro, Monteiro Lobato: vida e obra)*

Em 1875 editam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro “dois jornais que vão atravessar o marco de um século de existência, sendo que um deles se incluirá entre os de maior prestígio no país e na América Latina. Trata-se de *A Província de S. Paulo*, na idade republicana *O Estado de São Paulo*” (Bahia, 1954, p.80). Como mercado, o Rio de Janeiro apresentava grande número de jornais diários, revistas, tipografias e editoras de livros, concentrando-se ali a atividade literária com destaque na poesia, no romance, no ensaio e na filosofia.

*A Província de S. Paulo* constituía um caso evidente da mobilização de proprietários rurais interessados na imprensa. Sinal de que, desde 1880, entrava-se num estágio empresarial, como nos países mais avançados:

O desenvolvimento do jornalismo no período que abrange o fim da primeira e o começo da segunda fase absorve as profundas mudanças econômicas que vive o país na passagem do Império para a República. A economia assinala, então, duas transições: uma, para o trabalho assalariado e, outra, para um sistema industrial.

Compreendem os editores de jornais e empresários gráficos que o âmbito restrito de um jornalismo mais literário e mais político já não atende às exigências da sociedade, de um país em transformação, ávido por incorporar os avanços das comunicações. Uns e outros partem na direção da melhor qualidade de seus produtos. (ibidem, p.108)

No curso da Primeira Guerra Mundial, a imprensa percebe e absorve as mudanças sociais, especialmente a relação dos povos com o sistema de comunicação de massa. O jornal menos literário e mais noticioso se faz com as notícias vindas de bonde, de trem e de navio, além do emprego de escritores e publicistas consagrados, cujos textos eram publicados em oficinas com linotipos a motor elétrico em substituição ao motor a gás. Não há como separar desenvolvimento técnico de produtividade intelectual:

De um ponto de vista estritamente técnico, a grande transformação por que passa a imprensa brasileira na virada de século é o início do emprego dos métodos fotoquímicos de reprodução. E isto se dá, de fato, a partir de 1º de maio de 1900, quando começa a circular a Revista da Semana, de Álvaro de Teffé. Até então, os processos de reprodução mais comuns eram ou a litografia – que obrigava um Agostini, por exemplo, a desenhar “diretamente sobre pesadas pedras, às avessas, para que, na impressão, o resultado aparecesse natural” – ou a gravura em zinco ou cobre – onde o ilustrador deveria desenhar sobre papel gelatinado, “obedecendo ao tamanho exato que deveria ter o clichê, fosse ele de uma polegada”. Métodos substituídos desde 1900 pelo fotozinco e pela fotogravura. (Süssekind, 1987, p.72)

A expansão territorial da imprensa seria inevitável, pois essa permitira criar uma base econômica mais sólida às empresas em crescente fortalecimento. Anunciava-se o corte do cordão umbilical com

o Estado, embora esse ainda fosse o grande patrocinador de boa parte do sucesso de muitos periódicos nacionais. Tal como a República, a imprensa haveria de “ser” alguma coisa para um público parco, irrisório, comparado a mercados amplos como o norte-americano.

A fase de consolidação indicava outros rumos em termos de visão de mundo das oligarquias. Ainda que orbitando ao redor dos detentores dos capitais, a imprensa vai se libertando à medida que o caráter empresarial firma-se em contraposição ao provinciano costume da encomenda de notícias. A fase de transição de uma imprensa panfletária para uma profissionalizada apresenta uma consciência dominante de que “a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo” (Bahia, 1954, p.108). Mesmo com as encomendas das opiniões por parte do governo, sem dúvida o jornalismo vivia um momento próspero, inédito na história da imprensa brasileira (Luca & Martins, 2006, p.37-8):

Essa fase próspera resultou da especial conjuntura vivida pelo país, definida pelo momento econômico de apogeu do café e diversificação das atividades produtivas; pela nova ordem política republicana, com programas de alfabetização e remodelação das cidades; pela agilidade introduzida pelos novos meios de comunicação; pelo aperfeiçoamento tipográfico e avanços na ilustração, enquanto as máquinas impressoras atingiam velocidades nunca vistas.

A imprensa mais profissionalizada passou a figurar como segmento econômico polivalente, de influência na melhoria dos demais, visto que informações, propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam outros circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – potencializavam consumo de toda ordem.

Não é difícil imaginar que “virar” jornalista passa a ser uma ambição de jovens da capital e do interior. Embora não dominando o meio, indivíduos advindos das oligarquias agrárias do interior transformam-se em empresários, o que abre portas para profissionais em busca de

alocação nas salas editoriais. Decretava-se o fim do jornal como empreendimento individual, como aventura isolada nas grandes cidades, sendo esse tipo de imprensa relegada ao interior, onde sobreviveria com menor ou maior folga ao longo do tempo.

A relação do público com o jornal não mais se dá simplesmente por adesão a este ou aquele grupo político. Mesmo quando perdedores nos embates com o governo, os jornais saem fortalecidos pela identificação popular com suas posições ideológicas, ainda que popular não significasse mais que uma camada letrada da cidade e dos leitores da oligarquia no interior paulista. É o contexto em que apareceria a marca de Monteiro Lobato, com a figura do Jeca Tatu (Bahia, 1954, p.178):

Nesse período de quase quinze anos, contado a partir da primeira agência nacional, *A Eclética*, na década de 10, técnicas de *outdoor*, painéis de estrada, mala direta, *house organ*, promoções, se desenvolvem rapidamente com base em recentes processos de produção gráfica, geram empregos, formam novos especialistas.

Esse surto de tecnologia da comunicação impressa coincide com o aparecimento do Jeca Tatu – o caboclo pobre, casado com mulher magra e feia, pai de crianças pálidas e tristes, vivendo no mato, numa casinha de sapé – de Monteiro Lobato, cuja história divulga as virtudes da Ankilosomina e do Biotônico Fontoura. O folheto (preparado por Lobato com o estímulo de Cândido Fontoura, ambos redatores de *O Estado de S. Paulo*) alcança em 1941 a marca de 10 milhões de exemplares.

## Lobato na grande imprensa

Quando Lobato vem à luz no mundo da grande imprensa, essa já caminhara um trecho na conquista da solidez econômica e da liberdade política de opinião. Lobato está a caminho de sua profissionalização como colaborador de periódicos. Embora herdeiro, a partir de 1911, da Fazenda do Buquira, escrever para jornais corresponderia muitas vezes, conforme o escritor deixa registrado para a posteridade nas cartas aos amigos, ganhar dinheiro (Luca & Martins, 2006, p.40):

Logo, o literato profissionalizou-se por meio do jornalismo, pois havia um fato real: pagava-se! Os jornais introduziram tabelas fixas para salários, contemplando com valores substanciosos nomes de expressão no panorama político e literário. Isso desencadeou muito questionamento e crítica. Intelectuais bem-sucedidos, que também atuavam com sucesso na propaganda, especialmente Coelho Neto e Olavo Bilac, tornaram-se alvos preferenciais dos ataques.

Nas próprias palavras de Lobato, percebem-se os indícios da passagem de uma escrita dos “escolhidos” para uma escrita mensurável em valor de troca, o que é observado na carta de 7 de junho de 1909, a Rangel, em *A barca de Gleyre* (Lobato, 1957, p.238-9):

Nada sei de Ricardo. Estará no *Comércio de S. Paulo*? Suspeitei-o, encontrando por acaso um número desse jornal em que vinham os clássicos e nunca assaz republicados *Elefantes* do Lecomte de Lisle da sua tradução e também o meu *Gens ennuyeux*, que entra assim na quarta edição em jornal. A mim não convidou para colaborar. Donde recebi convite foi da *Tribuna* de Santos, jornal cor de rosa que o Valdomiro Silveira dirige, e já mandei como pano de amostra uma coisa cruel contra o Hermes. Prometem pagar a colaboração logo que concluem lá umas reformas. É preciso que a literatura renda ao menos para o papel, a tinta e os selos. A primeira coisa paga que escrevi foram artigos sobre o Paraná, coisa de oitiva. Renderam-me 10\$000 cada, uma assinatura de *Reveu Philosophique* (33 francos), um Aristóфанes completo e um belo canivete de madrepérola com saca-rolha. Não foi mau o negócio, e assim pilhemos tão alta remuneração para tudo quanto produzimos.

Ainda em relação a Lobato, o ano de 1914 marca-se pela aparição reconhecida num jornal de grande porte como *O Estado*, porém, não o surgimento de um literato a profissionalizar-se, pois que sua formação já vinha de anos se dando em outras folhas. O que acontece a partir de 1914 é a intensificação de um processo de participação no meio jornalístico de maior calibre tanto em número de leitores quanto em finanças. A compra da *Revista do Brasil*, em 1918, surgiria como a possibilidade de dizer tudo o que gostaria e como quisesse (Azevedo et al., 2006, p.119):

Nascida em setembro de 1915 como uma sociedade anônima formada por sessenta acionistas, na sua maioria intelectuais, políticos e jornalistas ligados ao grupo do *Estado*, a *Revista do Brasil* é lançada em janeiro do ano seguinte. “A vingança da peroba”, no terceiro número, marcou a estréia de Lobato no periódico, onde colabora com contos, artigos e críticas de artes plásticas.

Há algum tempo Lobato já se considerava um dos donos da *Revista*, conforme confessou, em tom de gracejo, ao amigo Rangel. Agora, com disponibilidade financeira, começa a pensar seriamente na hipótese.

Apesar dos conflitos entre o literato e o jornalista, Lobato não via os periódicos com ceticismo – mesmo porque considerar-se um dos donos é forte indício de uma presença de liderança no grupo, não de simples colaborador. Em 1918 efetiva a compra “através de escritura passada no 1º Tabelionato da capital, de Filinto Lopes”, por cinco contos de réis negócio “incluindo móveis, o estoque de exemplares e o título, avaliados em torno de três contos –, além de um passivo que girava por volta dos dezessete contos” (ibidem, p.120).

O ano 1918 também marca o envolvimento de Lobato com o problema do saneamento básico brasileiro. Ao se posicionar em mais uma causa nacional, o jornal *O Estado de S. Paulo* demonstrava sua capacidade de mobilização e influência no cenário sociopolítico. A presença de Lobato, por sua vez, implicava algo semelhante. Viajando com a equipe de Artur Neiva, conferiu *in loco* o problema e sua pena era posta a favor da causa. “Antes de findar o ano de 1918, são os artigos reunidos em volume, por decisão da ‘Sociedade Eugênica de São Paulo’ e da ‘Liga Pró-Saneamento do Brasil’” (Cavalheiro, 1955, p.235). Lobato efetivamente tornara-se “um nome” no jornalismo da primeira metade do século XX, um nome que, embora indique seu papel de jornalista, indica ainda um diferencial em relação à categoria profissional em franca ascendência.

Como várias vezes anunciara por cartas a Godofredo Rangel, o jornal havia propiciado a janela de que precisava para se transformar em escritor. Comandando a *Revista do Brasil*, está a um passo de editar a si mesmo, o que faz rapidamente nos anos de 1917 e 1918, respectivamente:

Com a experiência bem-sucedida de duas primeiras publicações auto-financiadas – *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito* e *Urupês* – Lobato desenvolve ali mesmo, paralelamente ao comando da *Revista do Brasil*, o embrião de uma seção editora. Dado o êxito junto ao público – a primeira edição de *Urupês*, de mil exemplares, esgotara-se em surpreendente velocidade, assim como as três posteriores, consumidas com igual rapidez –, ele repete a experiência com outros autores. E, na contramão das práticas editoriais, prioriza os novatos, lançando gente praticamente desconhecida. “Naquele tempo, para alguém editar um livro tinha que possuir um destas qualidades: ser rico, ter prestígio junto a um medalhão, ou ser filho de pai ilustre”, explicaria mais tarde. (Azevedo et al., 2006, p.122-4):

A figura de Monteiro Lobato envolvido com causas defendidas abertamente nas páginas do *Estado* não se contrapõe a práticas empresariais mais vigorosas. O que se explica também em relação a *O Estado*. O jornal insurgia-se contra a tendência centralizadora da política brasileira desde sua fundação, dado que “em seu projeto político, fazia-se presente uma concepção de Estado que se fundava na teoria evolucionista, no princípio liberal de autonomia dos Estados e na experiência prática de alguns países, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte” (Capelato & Prado, 1980, p.26).

As relações com a imprensa americana se intensificaram nos anos 1920. As datas são importantes para se compreender tanto a atuação da imprensa brasileira no cenário internacional quanto o próprio contexto em que se inseria Lobato como ativo membro do grupo: “Do Primeiro Congresso Panamericano de Jornalistas, em maio de 1926 na cidade de Washington, participaram 14 representantes brasileiros” (Silva,<sup>1</sup> 1991, p.76). Entre eles, Gilberto Freyre, representando o *Diário de Pernambuco*. Herbet Moses de *O Globo* e Nestor Rangel Pestana de *O Estado de S. Paulo* fizeram-se presentes tanto por meio dos telegramas quanto por meio da aproximação que se dava de modo oficial entre os

---

1 É importante ressaltar que não há homogeneidade na abordagem sobre a relação da imprensa americana com a brasileira. Para esse autor, por exemplo, a influência se dá muito mais pela política imperialista americana que por outros mecanismos de apropriação, como sugerem Bahia (1954) e Sodré (1966).



países. No caso do congresso, o ponto principal era a ampla liberdade de imprensa. No quadro de internacionalização, Monteiro Lobato seria peça-chave para convencer o público jornalístico – produtores e leitores – dos benefícios dessa aproximação:

Entre intelectuais que exerciam a profissão jornalística de forma intermitente, mas que ainda assim tinham grande ascendência sobre a categoria e sobre a opinião pública, a maioria continuava contrária à influência dos americanos. Entre estes, Alceu Amoroso Lima, Antonio Torres e Agripino Grieco. Mas um passaria a defendê-la com entusiasmo crescente: Monteiro Lobato, que em 1927 foi nomeado adido comercial do Brasil em Nova York, onde morou por quatro anos e meio. “Sinto-me encantado com a América. O país que eu sonhava. Eficiência. Galope. Futuro. Ninguém andando de costas.” O poder de Lobato não deve ser medido apenas pela influência que possa ter exercido sobre seus contemporâneos. É impossível contabilizar, mas não é desprezível, o que ele transmitiu ao longo das gerações seguintes de valores compatíveis com o modo de pensar americano a milhares de crianças que se tornariam jornalistas e responsáveis pelas redações dos mais importantes diários do país. (ibidem)

O entusiasmo de Lobato com a América estaria em consonância com sua visão de mercado para a literatura: “Monteiro Lobato foi o primeiro escritor brasileiro a conceber a literatura como mercadoria. Não teve o menor pudor de enviar uma carta aos donos dessas casas comerciais propondo: quer vender também uma coisa chamada livro?” (Costa, 2005, p.75). Evidentemente, porém, conceber a literatura como produto não justificaria tão simplesmente a aproximação do escritor com o jornal. São, pois, as questões ideológicas, concepções de mundo no contexto das quais o mercado é um dos fatores, que fazem de Lobato um “sapo” permanente da lagoa de *O Estado*. “Sapo de redação”, título que, atribuído aos partidários das ideias do jornal, poderia ser um nome mais chistoso, suave, para a presença intensa de personalidades fortemente atadas às concepções de sociedade e política do periódico.

É justamente a conjunção de funções, característica do momento vivenciado pelo jornalismo no Brasil, que permite ao escritor paulista fazer de seus textos publicados em jornais livros em que os artigos vinham a

público organizados segundo critérios do próprio autor. Se isso tem a vantagem editorial e literária de registrar de modo mais pertinente a obra de um escritor, também contribui de modo relevante para se obscurecer o “jornalista” Monteiro Lobato. O apagamento do “escritor de jornal” se deu pelo próprio autor que, apesar dos reveses vivenciados na busca de dar ao país riqueza das mais diversas formas, legou à posteridade um conjunto de textos por ele selecionados como representativos de sua produção, muitos dos quais retirados das páginas de *O Estado* e reescritos pelo experiente autor e editor para suas obras “completas”.

## A presença de Lobato em *O Estado*

A fim de se compreender a dimensão das alterações posteriormente realizadas nos textos publicados em *O Estado* entre 1913 e 1923, o cotejo entre os artigos publicados em jornal e a versão das obras completas ainda em circulação pode elucidar alguns pontos a respeito da produção lobatiana para jornal.

O primeiro artigo publicado por Lobato em *O Estado de S. Paulo* aparece em 30 de outubro de 1913, com o título “Entre duas crises”, à página 3 do jornal:

Quadro 1 – Artigos de Monteiro Lobato publicados em *O Estado de S. Paulo* (ano/página)

Título	Data	Número(s) da(s) página(s)
1. Entre duas crises	30.10.1913	3
2. Uma velha praga	12.11.1914	3
3. Urupês	23.12.1914	6
4. A caricatura no Brasil I	27.1.1915	4
5. A caricatura no Brasil II	28.1.1915	5
6. Como se formam lendas	16.2.1915	4 e 5
7. A hostefagia	11.4.1915	4
8. O “problema nacional”	26.5.1915	3 e 4
9. A propósito de Wasth Rodrigues	9.1.1916	5
10. A conquista do nitrogênio	15.1.1916	3
11. Pensionamento dos artistas	16.1.1916	3

12. Cidades mortas	29.2.1916	3 e 4
13. Os subprodutos do café	29.11.1916	3 e 4
14. O aproveitamento integral da laranja	13.12.1916	3
15. A estátua do patriarca	25.12.1916	10
16. A grande oficina-escola (I)	1.1.1917	4
17. A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	5.1.1917	4
18. A criação do estilo (III)	6.1.1917	5
19. A questão do estilo	25.1.1917	3
20. O saci	5.2.1917	3
21. A questão do estilo	11.2.1917	3
22. O problema do trigo no Brasil	7.4.1917	2
23. Saneamento do Brasil: A ação de Oswaldo Cruz (I)	18.3.1918	3
24. Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados (II)	19.3.1918	4
25. Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas (III)	20.3.1918	3
26. Saneamento do Brasil: Doze milhões de impa-ludados (IV)	21.3.1918	4
27. Saneamento do Brasil: Diagnóstico (V)	22.3.1918	3
28. Saneamento do Brasil: Reflexos morais (VI)	23.3.1918	3 e 4
29. Problema do saneamento: Primeiro passo	5.4.1918	3
30. O saneamento: “Déficit” econômico, função do “déficit” de saúde	7.4.1918	3
31. O problema do saneamento: Um fato	12.4.1918	3
32. A fraude bromatológica	14.4.1918	3
33. Rondônia: Visão do futuro e visão do passado (I)	19.4.1918	3
34. Rondônia (II)	23.4.1918	3
35. O problema do saneamento: Início da ação (I)	12.5.1918	3
36. O problema do saneamento: Iguape (II)	15.5.1918	3
37. Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas	3.6.1918	4
38. Exposição Georgina – Lucílio de Albuquerque	25.2.1919	3
39. A revolução do ensino	18.11.1920	4
40. Estradas	2.4.1921	3
41. O cinema científico	26.5.1921	3
42. Um grande artista	16.11.1921	4
43. O teatro brasileiro	14.10.1922	3
44. Oswaldo Teixeira (pintura)	18.5.1923	4
45. A futura essem do sertão	6.6.1923	3

É importante lembrar que as datas revelam a periodicidade relativa à presença de Lobato na edição matutina de *O Estado* – a “oficial”. “Para-

nóia ou mistificação – a propósito da exposição Malfatti”, por exemplo, aparece na edição vespertina do periódico, em 20 de dezembro de 1917, motivo pelo qual não se encontra registrado no Quadro 1.

Observa-se pela localização que os artigos situam-se entre as páginas 2 e 5, isto é, no “miolo” do jornal; nunca na primeira página – geralmente dedicada a relatos sobre problemas políticos de dimensão nacional ou internacional, nem passando da quinta, pois que as posteriores eram voltadas para os anúncios das demais publicações comerciais. Oscilando entre 12 e 16 páginas, o jornal mantinha a configuração básica por meio dessa divisão. As estreitas colunas, regularmente oito, eram preenchidas conforme a necessidade sem muito cuidado para com os olhos dos leitores. Por vezes, uma notícia iniciada no meio de uma coluna passava à outra, inserindo-se entre anúncios publicitários, apresentação certamente habitual para o leitor que tinha em *O Estado* um dos melhores jornais em circulação.

Em 1913, Lobato publicou apenas “Entre duas crises”, artigo que não aparece em seus livros. “Uma velha praga” e “Urupês”, de 1914, são publicados em *Urupês*, de 1918. Os artigos sobre caricatura, “A caricatura no Brasil I”, “A caricatura no Brasil II”; “Como se formam lendas” e “A hostefagia”, estão compilados em *Idéias de Jeca Tatu*, de 1919, com exceção de “O ‘problema nacional’”, embora do mesmo ano, dos demais, 1915, não publicado posteriormente em livro. De 1916, “A propósito de Wash Rodrigues”, “A conquista do nitrogênio”, “Pensionamento dos artistas” e “A estátua do patriarca” são editados em *Idéias de Jeca Tatu* (1919); “Cidades mortas” compõe livro ao qual empresta seu título, *Cidades mortas*, também de 1919, e “Os subprodutos do café” e “O aproveitamento integral da laranja” não são publicados. Em 1917, os dois primeiros textos do ano abordam o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – “A grande oficina-escola (I)” e “A grande oficina-escola: a exposição anual (II)”, artigos não publicados integralmente nas obras completas de Lobato, tal como “O problema do trigo no Brasil” também não ficaria registrado em coletâneas posteriores. É o terceiro texto da série, “A criação do estilo (III)” que aparece em *Idéias de Jeca Tatu* (1919), obra na qual também estão dois artigos intitulados “A questão do estilo”, um de janeiro, outro de

fevereiro; e “O saci”. Os artigos sobre saneamento básico, publicados em *O Estado* em 1918, são quase todos enfeixados em *O problema vital*, também de 1918: “A ação de Oswaldo Cruz”, “20 milhões de opilados”, “Três milhões de papudos e idiotas”, “Doze milhões de impaludados”, “Diagnósticos”, “Reflexos morais”, “Primeiro passo”, “O saneamento: ‘Déficit’ econômico, função do ‘déficit’ de saúde”, “Um fato”, “A fraude bromatológica”, “Início da ação”, “Iguape” e “As novas possibilidades das zonas cálidas”. Embora da mesma série de artigos, “Rondônia: visão do futuro e visão do passado (I)” e “Rondônia (II)” integram *Idéias de Jeca Tatu* (1919). De 1919, o artigo “Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque” viria a compor, postumamente, *Conferências, artigos e crônicas* (obras completas, 1959). Em 1920, aparece em novembro “A revolução do ensino”, texto não publicado em livro. “O cinema científico” e “Um grande artista”, de 1921, registram-se em *Idéias de Jeca Tatu* (1919), sendo “Estradas”, do mesmo ano dos outros dois textos, não editado posteriormente. De 1922, “O teatro brasileiro” aparece em *Conferências, artigos e crônicas* (1959). Finalmente, encerrando o período anterior aos anos 1930, os artigos “Oswaldo Teixeira (pintura)” e “A futura essem do sertão”, de 1923, também não estão publicados.

Como se nota, a produção dos artigos cresce de modo exponencial entre 1913 e 1918. Da presença única de “Entre duas crises” de 1913, tem-se em 1918 a ostensiva campanha sanitarista empreendida por *O Estado* na qual Lobato atuou de forma marcante – os quinze artigos publicados ao longo do ano permitiram enfeixá-los tanto no livro *O problema vital* quanto, como atestaria o próprio escritor, ver seus textos comentados e republicados nos mais diversos periódicos do país.

Pela comparação das datas dos artigos com as obras completas, nota-se que alguns textos foram posteriormente agregados aos livros da coletânea – os artigos de 1921 aparecem em *Idéias de Jeca Tatu* (1919) na edição atualmente<sup>2</sup> em circulação. O que não invalida a hipótese de ter sido primeiramente publicado em livro e posteriormente em

---

2 “Atualmente” – referências às obras completas de Monteiro Lobato, pela Editora Brasiliense, ainda em circulação (2010).

jornal, embora esse não fosse o caminho mais comum dos artigos de Lobato. Ao se refinar o Quadro, percebe-se que dos 44 textos, 11 não foram publicados em livro:

Quadro 2 – Artigos de Lobato não publicados em livro

Titulo	Data
1. Entre duas crises	30.10.1913
2. O “problema nacional”	26.5.1915
3. Os subprodutos do café	29.11.1916
4. O aproveitamento integral da laranja	13.12.1916
5. A grande oficina-escola (I)	1.1.1917
6. A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	5.1.1917
7. O problema do trigo no Brasil	7.4.1917
8. A revolução do ensino	18.11.1920
9. Estradas	2.4.1921
10. Oswaldo Teixeira (pintura)	18.5.1923
11. A futura essem do sertão	6.6.1923

Do total do conjunto, destacam-se mais uma vez os textos de 1918, os quais foram integralmente aproveitados em publicações posteriores. Se isso se deve ao sucesso da campanha e do mercado editorial em que Lobato se encontrava, não se pode deixar de notar que os textos de *O problema vital*, livro do mesmo ano da série sobre saneamento e saúde estampada em *O Estado*, incorporou o calor da hora e veio a público como “resultado” do trabalho investigativo empreendido pelos intelectuais – especialmente Lobato – envolvidos na campanha sanitarista.

O problema de definir os temas: a tentativa de categorização sobre “o que escrevia Lobato” leva ao impasse da produção lobatiana como um todo em *O Estado*. “Uma velha praga” trata de sociedade? De economia? Ou de representação do homem brasileiro? O tema central é realmente a queimada, ou apenas o mote para expor as inumeráveis pragas do Brasil? Ou se quer apenas tratar de uma praga, o caboclo ignorante francamente oposto à imagem do homem festejado como ideal no país ideal?

A proposta de se definir do que tratam os textos de Lobato falha à medida que eles dialogam com temas recorrentes, reiterados ao longo de toda a produção, mesmo quando o autor se debruça sobre algo aparentemente tão ameno como a caricatura. O atraso brasileiro em

relação aos países desenvolvidos, a ausência de iniciativas para alçar o Brasil a um Estado de desenvolvimento requerido tanto por Lobato quanto por aqueles que compartilhavam desse ideário em *O Estado*, constituem o assunto que perpassa e permanece no conjunto.

Depreender o discurso sanitário da série publicada em *O problema vital* (1918) é tarefa sem nenhuma dificuldade para o leitor de hoje, e possivelmente o fora ao leitor de 1918; mas um texto como “Os subprodutos do café” (29.11.1916) coloca em xeque qualquer categorização mais simplista: abordam-se questões econômicas por meio da ciência? Ou a ciência é abordada sobre uma visão econômica? Busca-se a valorização do saber científico? Ou é crítica implícita ao ensino de cunho bacharelesco no Brasil?

O mesmo se dá com “O teatro brasileiro” (14.10.1922) – entre a crítica ao modo de fazer teatro e a viabilidade econômica, o leitor depara com um texto otimista em relação ao teatro nacional. Otimismo que se dá pela via da projeção de uma arte para todos, a preço baixo, com qualidade e, sobretudo, visceralmente nacional. É Arte ou Economia? Sociedade ou Educação das massas? Tudo converge para um ponto: dar caminhos para um Brasil construído nos textos de Lobato e dos demais companheiros de *O Estado*.

Em outros termos, alguns assuntos podem ser vistos como temas geradores os quais Lobato toma para conduzir o leitor por outras perspectivas, ainda que se tenha à frente um texto ainda menos pretensioso como “O saci” (5.12.1917), o qual, no seu contexto, equivale nada menos a uma proposta brasileira para a arte brasileira – o intuito do escritor parece contar justamente com a “leveza” do tema para cooptar mentes a seu favor.

Quanto ao cotejo dos textos publicados em jornal e as edições das obras completas, há alterações de vocábulos e estruturas frasais em todo o conjunto de artigos transpostos aos livros. Porém, para o leitor atual seria muito arriscado afirmar, por exemplo, que este ou aquele vocábulo foi substituído por ser mais acessível ao leitor do jornal ou do livro da época. Além disso, são os cortes ou acréscimos de trechos que oferecem material mais rico para a observação da relação do escritor com o texto em circulação em *O Estado*.

Na sequência cronológica, o primeiro texto que merece atenção “Uma velha praga” (12.11.1914). Após comentar sobre a justiça para o responsável pelas queimadas – “é uma justiça sumária que não pune, entretanto, dado o nomadismo do paciente” – o artigo do jornal acrescenta: “nas leis do país não há penas, nem meios de colher nas malhas da justiça tais réus, e tolo será quem recorrer às autoridades: os escrivões redobrarão os prejuízos da queimada”. Entendendo “autoridade” como os representantes da justiça, Lobato ataca uma instância fundamental para a constituição da sociedade democrática que defendia. Mas é ao final do texto, no ponto em que o artigo publicado em livro é encerrado, que se faz apelo ao poder público quanto à prática das queimadas. Lobato aponta o problema das inspetorias, demonstra ineficiência do Estado e da União para intervir, restando às câmaras municipais a única saída:

Há uma postura adotada em quase todos os códigos municipais, prescrevendo, sob pena de multa, um aceiro de tais e tais dimensões em redor de todos os roçados destinados à queima. Como, entretanto, se não curou dos meios de lhe fiscalizar a execução, tão sábia providência dorme no cemitério da letra morta. É mister, é urgente tirá-la daí completando-a de modo a extrair dela todo o benefício de que é capaz. E isso se conseguirá facilmente. Um meio prático seria atribuir aos inspetores de quarteirão a tarefa de verificar se os aceiros obedecem às condições exigidas, proibindo-se terminantemente, sob fortes penas, o deitar fogo às roças sem a prévia inspeção dessa autoridade.

Avultado como é o número de tais inspetores, ramúsculos terminais que são da árvore da Autoridade, o serviço se organizaria facilmente, com grande eficácia, sem despesas, sem barulho, sem burocracia.

Só das Câmaras é lícito esperar alguma coisa neste sentido. A União cuida de casos políticos, e mesmo que voltasse a atenção para este problema, viria com uma dessas máquinas pesadas, complicadas, matracoledantes, caríssimas, como a Defesa da Borracha de papeluda memória, caranguejolas que só funcionam nos relatórios e nas folhas do Tesouro.

O Estado...

Só as Câmaras, só as Câmaras poderão providenciar eficazmente, só eles conhecem de perto as necessidades locais, só delas poderão sair a medida prática e simples capaz de acalmar o funestíssimo fogo de Agosto.

A elas, pois, o brado de misericórdia da legião de prejudicados.



Deixando, pois, ao texto das obras completas a denúncia de tal prática prejudicial à qualidade do solo, no texto jornalístico Lobato fazia da conclusão apelo direto e irrefutável ao poder municipal. Já em “Urupês” (23.12.1914) as alterações são bem menores. No entanto, em meio aos comentários nada elogiosos ao caboclo, o escritor não contém uma espetada nos “figurões”: “note-se o orgulhoso entono com que respeitáveis figurões batem no peito exaltando comovidos: sou raça de caboclo!”.

Dos textos sobre caricatura, “A caricatura no Brasil – I” (27.1.1915) e “A caricatura no Brasil – II” (28.1.1915), é o segundo que sofreria modificação significativa. A segunda parte da matéria, no dia 28, tem a arte caricatural em terras nacionais como objeto de análise. O primeiro corte perceptível contribui para a diminuição do descritivismo – “não raro chicoteava uma flecha no galo da igreja matriz – porque já as havia com o galo de lata a cantar ventos na torre. Celerados, meirinhos, e preto d’Angola ‘intra-muros’: ‘extra-muros’ sertão, papagaios, jaguares e aimorés sanhudos: era isso o país” – os parágrafos recortados da sequência demonstram a agressividade alcançada por um texto cuja pretensão de colocar a sociedade brasileira caricaturalmente em letras de jornal não pode ser negada:

Sobretudo depois que o Brasil se naturalizou cidadão francês.

O riso nosso é uma careta muscular sem gênese na alma. Pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de “tutu” na cintura e duas rodela de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las.

E sai assobiando árias, muito ancho, na convicção de que riu, e que se divertiu.

Nos “garden-paty” do Velódromo: parece que se reúnem ali para o saimento fúnebre da Alegria. Tais festas teriam melhor cenário no cemitério do Araçá, onde ao menos ririam as caveiras dentro das tumbas.

Os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezerros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia.

As moças entre-examinam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo

mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas.

O mal do país é esse, a bezerrice. Se algum químico decompuser o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente.

Matéria de riso há as toneladas, para todos os paladares, para a chalaça offembachiana, para o sorriso do Eça, para o rinchavelho adiposo de Rabalais. Não obstante os nossos revisteiros e comediôgrafos importam da velha Grécia os Telêmacos e Ulisses que lhes hão de divertir o público. Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tábua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo. Não há olhos para a feição do cômico indígena, nem verso, nem lápis que lh’a ironize.

A descrição é ácida e não discriminatória: a bezerrice é geral, em homens e mulheres. Também é retirado outro trecho de menor extensão, o que não diminui o tom caricatural do texto. Apontando a vontade dos leitores de serem retratados pela fotografia em páginas de jornais e revistas, o autor escreve que “com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade inteiriça, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanha um bandão de assinantes”. Para o leitor da época, expõe mais detalhadamente o problema da circulação de periódicos no Brasil, informação possivelmente julgada desnecessária para as obras completas:

O óbice de maior calibre oposto ao periodicismo, entre nós, reside nos excessivos hiatos do povoamento. Entre um núcleo de população e outro, interpõe-se o deserto, qual muralha insuladora.

Raro vinga uma folha transpor esse espaço pelo simples projetar-se na publicidade, como a bala, mirando o alvo da opinião pública; a distância encurva-lhe a trajetória, forçando-a a cair muito perto do ponto de partida; donde a necessidade de criar engenhosos meios de expansão.

Também é retirado o trecho no qual a metáfora da planta em crescimento explicava o sucesso dos caricaturistas citados no artigo:

O apelo foi ouvido, e atendido.

Todas as belas florações são assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – a revista ilustrada de ampla divulgação. Não se lhes condenem o uso sistemático do catão, da insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga.

É a metáfora do mata-pau que encerra o artigo de 1915, trecho que não aparece na publicação em livro, lembrando que à época das obras completas, entre 1946 e 1947, o contexto editorial do país era outro. Imagem recorrente nos artigos, o parasita vegetal serve, no caso, para explicitar a forma como grandes publicações podem se manter vivas ao longo dos anos, mesmo quando consideradas de segunda categoria, desprestígio corrente para a arte caricatural:

Há pelos sertões uma parasita chamada mata-pau. As aves depõe-lhe as sementes no esgalho de uma perobeira. A semente germina, e cresce com preguiça, emitindo raízes em fios a prumo, que descem procurando a terra.

Enquanto esses filamentos não n'a alcançam, a vida do mata-pau é uma mentira, é um viver de brisas, é um morrer agoniado pela dispnéia da seiva.

Um dia, porém, alcançam as raizinhas débeis o solo e uma transfiguração estupenda assombra a mata. As radículas engrossam como calabrês, a clorose da folhagem vira pletora, a plantilha tolhiça de há pouco cresce aos pinotes, numa ânsia irrefreável de céu. As folhas incham de verdura. É que a boa seiva da terra lá sobe em jorros pela cordoalha e turge-lhe os tecidos de sucros vitais. Entra em luta com a perobeira, mata-a por estrangulação, como as jibóias, constringindo-a em cíngulos que se vão anelando pelo tronco da vítima. E a figueira mata-pau, estufada de orgulho, mostra à floresta espavorida, sobraçando-o ainda, o cadáver seco da perobeira.

Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entram casimiras, vai meter raízes no suculento esterco que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte.

Em “Como se formam lendas” (16.2.1916), retira-se apenas uma estocada mais afiada nos tipógrafos mais sonolentos: “enriquecer assim a elocução humana de locuções de uso diário e tão belas como as onze mil virgens e as rosas de Malherbe, por meros cochilos de composição, assombra, deixando entrever de que prodígios tal raça de copista e tipógrafo seria capaz quando despertos”. Quanto a “A hostefagia” (11.4.1915), os textos em livro mostram-se mais concisos, evitando-se reflexões desnecessárias ao andamento do texto, ou citações menos pertinentes ao leitor da época, como a que faz a Fulton, no momento em que cita Napoleão Bonaparte como exemplo de herói: “embora bem pesadas as credenciais o desprezado Fulton, seu contemporâneo, mais merecesse tal situação – se a humanidade fosse composta de filósofos”; ou reflexões interruptoras da linha de raciocínio principal do texto: “progredir: é conhecer, alcançar, ‘ter consciência’, de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia ‘de instinto’, isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito”. É importante notar que o trecho antecipa ao leitor sua tese, isto é, uma antropofagia bélica, o que é evitado na versão em livro, deixando para o consumidor da obra-livro a função de deduzir a ideia central do artigo.

Lobato, porém, certamente usou muitos de seus textos publicados nos periódicos como substrato para outros textos publicados em livros, prática que pode impedir a percepção sobre filiação entre as publicações. Essa correlação entre material de substrato e material re-elaborado pode ser percebida em “A propósito de Wash Rodrigues” (9.1.1916) e “Pensionamento de artistas” (16.1.1916), os quais compõem dois outros textos de títulos diversos. O primeiro aparece em *Idéias de Jeca Tatu*, de 1919, como parte do texto “Estética oficial”, embora o artigo “A paisagem brasileira: a propósito de Wash Rodrigues” indique ao leitor uma correlação que, na verdade, se dá somente pelo tema, não pela reedição do texto. A outra parte de “Estética oficial” (texto do livro) é composta por “Pensionamento de artistas”. No jornal, ao final deste artigo, encontram-se parágrafos posteriormente não publicados em livro, ainda que o conteúdo, como se afirmou, estivesse diluído em outros textos:

Bem poucas exceções bóiam à flor da regra geral. A espaços surge um Wash Rodrigues sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água.

Vê-se-lhe da exposição e do muito que não expôs, que é materialmente impossível produzir mais e progredir a passadas mais firmes.

É um que trabalhou por si e por uma dúzia de colegas desperdiçados num ócio sem dignidade por cafés onde bebericam absinto e alcouces onde praticam a “jardinagem perfumada” do xeiue Nefzani.

Por mal seu o nosso público dinheiroso compra quadros unicamente por injunções do esnobismo, raro pela influência espontânea de um nativo senso estético. Adquire-os por virtude do nome bem colocado que se exhibe a vermelhão num canto, embora o gatafunho célebre assine, às vezes, em tamanco.

Já vimos um figurão, de nome entre amadores, tomar de sobre a coluna uma estatueta de bronze, revirá-la de pernas para o ar, apontar com o beicho a assinatura – Charpentier, Ménusier ou Maçon – e exclamar entre babos de puro gozo apolíneo:

– Hein? que beleza, não? Mil francos e foi de graça.

A crítica, à sua conta, tem graves culpas no cartório. Entra-se de medo pânico quando lhe compete analisar a obra dum novo sem nome; fica-se medrosa em generalidades vagas, de um encomiástico frouxo, aplicáveis indistintamente a A. ou B. ou C.

Só tira da gaveta as bem adjetivadas análises d’arte com citações de Taine, quando recebe senha da crítica europeia. Esta é a verdade, nus como quando saiu do poço.

O caso de Wash Rodrigues é típico. Sua exposição foi recebida com parcimoniosa economia de juízos críticos; o público, na dúvida, incapaz de avaliar por si, vacila. E, no entanto, se não definem para Wash todos os louvores de uma e todos os favores de outro, para quem se reservam tais mimos?

Este brilhante caso que é Wash Rodrigues, como exceção que é, não salva da condenação o sistema paulista de fomento à arte.

Apesar de permanecer o elogio ao pintor nos textos em livro, é explícito o enaltecimento no texto do jornal. A menção ao “figurão” reaparece, e até mesmo o público é acusado de se portar dubiamente diante de obras que não mereceriam tal atitude. O despeito do escritor

em *O Estado* é evidente, encerrando a matéria com uma pergunta irônica, ausente na publicação em livro: “E a gente é rir-se também, pois havia de chorar?”.

Ataques mais diretos, citando personalidades, também poderiam justificar um corte posterior no artigo. Em “A conquista do nitrogênio” (15.1.1916), mesmo em meio a considerações científicas, Lobato não perde de vista o interlocutor da oposição, afirmando o atraso brasileiro, pois que a repartição de agricultura dos Estados Unidos distribuía milhares de quilos de sementes inoculadas pela bactéria capaz de reter nitrogênio nas raízes das plantas, “diz-se que os resultados excederam à expectativa, apresentando as plantas esse viço enaltecido pelo sr. Teixeira de Freitas, na seção livre das folhas, sob o riso de incredulidade do sr. Cardoso de Almeida que, pelos modos, ainda está em Liebig”. Para encerrar o artigo, um ataque em tom de pergunta retórica: “agora uma pergunta: a descoberta de Bottomley não será a mesma ‘lei encantadora de inefáveis doçuras’ que o ser. T. de Freitas conta em prosa cariciosa com mimos até aqui só empregados no verso para descantes à mulher amada?”.

A alteração mais significativa em “Cidades mortas” (29.2.1916) é a ausência de um trecho reflexivo, ideia que é reiterada ao longo de todo o texto, possivelmente percebida como excessiva pelo escritor:

A nossa gente não vinga prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa poreja do húmus negro da terra virgem como o fumejar quente de uma rês carneada de fresco.

Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria.

“A criação do estilo” (6.1.1917) perde um trecho de pouca importância para o leitor do livro, não necessariamente contemporâneo do debate nas páginas de *O Estado*: “na casa Silveira Cintra, construção deste último, o pretório, o telhado, o frontão e inúmeros detalhes são inspirados pela arte colonial e dispostos com grande felicidade”. Ou

porque a casa já não existisse, ou porque a referência estivesse muito datada, Lobato faz tão somente essa modificação mais relevante. O mesmo ocorre com “A questão do estilo” (25.1.1917). “O saci” (5.2.1917), por sua vez, apresenta modificação em razão do próprio contexto; em livro, fica o tema e sai a relação direta com o inquérito realizado na edição vespertina do periódico:

Este inquérito pela massa preciosa de informações colhidas, fornecerá elemento para um livro curiosíssimo onde o Saci seja estudado rigorosamente à luz da ciência demonológica. Livro para o psicólogo e para o povo, duplamente interessante, pois. Este encontrará nele um reflexo da sua mentalidade, e divertir-se-á com os inúmeros casos narrados; aquele terá ali material para preciosas deduções. O inquérito continua aberto e breve será feito um concurso entre desenhistas e escultores, com prêmios às melhores representações do moleque demoníaco. Entrará ele, assim, definitivamente, para o seio da arte.

Para a edição em livro, Lobato acrescenta considerações mais literárias, apropriadas ao leitor que não pudera participar do inquérito pelo jornal: “E – dubitativos uns, céticos outros, afirmativos muitos – a conclusão de todos é a mesma: o Saci existe!...”; “– Como o Putois, de Anatole France?”; “Que importa? Existe. Deus e o Diabo ensinaram-lhe essa maneira subjetiva de existir...”. “A questão do estilo” (11.2.1917) também não aparece com modificações quanto a reduções ou acréscimos em sua passagem para livro.

Em 1918, adentra-se ao conjunto de textos publicados posteriormente como *Problema vital*. O primeiro, abrindo a série, “A ação de Oswaldo Cruz” (18.3.1018) não apresenta modificações, bem como os demais textos não seriam modificados de modo mais marcante que a simples substituição de um ou outro vocábulo e a redistribuição de parágrafos. Em “Reflexos morais” (23.3.1918), porém, vê-se a retirada de um parágrafo em que o escritor faz referência direta a personalidade da época: “Se cotejamos o que éramos sob Pedro Segundo e o que somos sob Pereira Gomes, o sangue afluí-nos às faces – mas ficamos nisso. Reconhecemos que Pedro Segundo era a tampa, e que foi grande erro destamparmo-nos – mas onde a bela coragem de readaptar o uso da

tampa?”. O uso do mundo biológico como representação das relações sociais também é mais restrito na versão em livro, considerando que a mesma relação já havia sido exposta em exemplo anterior: “Não é imoral o ato do tubarão humano que se guinda a um alto cargo político e ali se locupleta a si e à sua camarilha”; “Imoral é o subjugado que se deixa espoliar sem gesto de reação”.

Comparação registrada em “Primeiro passo” (5.4.1918) também sofre restrição na revisão do escritor:

Adaptados ao meio, eles copiam a tática dessa abelhinha preta muito nossa conhecida, que se enrodilha nos cabelos. Como elas, eles se alojam nos ocos dos jornaizinhos da roça, e nas rachaduras dos periódicos mais ou menos clandestinos das cidades grandes, onde fabricam o seu “mel de cachorro”.

É nesse texto também que Lobato atacava diretamente o governo brasileiro por sua complacência com o estrangeiro, enquanto a população local padecia as amarguras das verminoses endêmicas e da alimentação precária. O trecho que não aparece na versão das obras completas é carregado de ironia e referência à contrastante realidade brasileira:

Os povos fortes desprezam o estrangeiro. Em Roma “hospes” era “hostes”. Para nós “hospes” é fetiche. Cada povo vive para si – nós queremos viver para inglês ver. Inda não nos capacitamos da verdade de Hobbes: o homem é o lobo do homem. Eles, o estrangeiro, coerentes com esse axioma sociológico, desprezam-nos – nós adotamo-los. Pagamos todos os insultos com língua meiga de cão batido – e tal atitude só dá em resultado aumentar-se o desprezo que eles nos votam. Viciamo-nos na sabujice a ponto de erigir como princípio a atitude acororada e boquiaberta diante do atrevido dolicocefalo melado. Esgotamo-nos em criar-lhes facilidades para que eles tenham cá um paraíso terreal e venham derrotar-nos dentro de nossa própria casa, enriquecer-se às rápidas, apossar-se de tudo, fazendo do pobre brasileiro um paria faminto e errante a gemer de lazeira num território que cada vez é menos seu. Os nossos governos vivem apostados em amimar quanto bípede louro, vermelho ou cor de coco, põe pé em nossos cais; dão-lhes o que eles pedem e o que não pedem; dão-lhes até



justiça fácil e rápida – esse sonho inatingível do aborígene. Os congressos fazem leis protecionistas para prosperar as fábricas que eles se dignam armar por aqui. A vida encarece para a população inteira – que importa? Compensam-nos a honra de ver cogumelar do protecionismo novos condes. Milhões de brasileiros pagamos uma caixa de mau fósforo por cem réis, podendo tê-lo como outrora, e de primeira qualidade, a vintém, para que meia dúzia de dólicos espertos se repastem em milheiros de contos, e façam velas para a pátria com a “América feita”.

“Cretinos!” – Lobato não economiza adjetivos que possam retratar a realidade local. Em “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (7.4.1918) a eficiência do brasileiro é comparada detalhadamente para que o leitor não duvide do fracasso nacional, ainda que, em livro, não mais apareça:

Alegarão os medrosos da verdade nua que a Argentina é uma terra privilegiada, senhora de ótima mesologia, terras planas fertilíssimas, nação beijada ao berço pelas fadas boas de Perrault. Será. Mas comparemo-nos com a Bolívia, onde o dissídio geográfico não é assim tão acentuado. O boliviano tem uma eficiência econômica muito maior que a do brasileiro. Mas a Bolívia é favorecida por isto ou por aquilo, reguingarão os Pangloss. Perfeitamente. Tomemos o Paraguai. Aqui sim, levamos uma pequenina vantagem. Ufanias!

A ironia também pode ter sido possivelmente diminuída em favor da fatura do conjunto, lembrando que, em livro, os artigos constituem capítulos, pelos quais muitas críticas se reiteram e se mostram por meio de diversos exemplos: “como primeiro passo nada mais digno da visão de lince dos estadistas frígios. Belisário que calcula a porcentagem dos opilados em 70% da população total do país, deve rejubilar-se com a munificência governamental”. Mais uma vez, no jornal, Lobato faz da conclusão uma epígrafe apropriada à campanha pela saneamento – e, por que não, contra o bacharelismo reinante: “O ‘animus photographandi’ é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor”. Apesar dos cortes serem mais comuns, às vezes Lobato prefere acrescentar alguma consideração para que o leitor da obra

compreenda melhor os fatos, como é o caso de “A fraude bromatológica” (14.4.1918), que recebe esclarecimentos em *O problema vital*, de 1918 (Lobato, 1957, p.288-9): “cada falsificador tem à sua cauda uma corte de advogados administrativos, prepostos a inutilizar a ação dos poderes públicos, porque não há melhor negócio do que defender um falsificador. Gente que paga bem!”. Acrescenta ainda na mesma versão em livro (ibidem, p.293): “agora, se um fiscal honesto apreende um produto falsificado e a Higiene Sanitária inicia o processo contra o homem, saltam logo em sua defesa os advogados da fama, que embrulham tudo, corrompem a justiça e acabam forçando o estado a pagar ao malandro gorda indenização”.

Quanto aos artigos sobre Rondônia, “Rondônia – visão do futuro e visão do passado” (19.4.1918) e “Rondônia” (23.4.1918), ambos publicados sob o título sintético de “Rondônia” em *Idéias de Jeca Tatu*, de 1919, é em relação ao segundo texto que ocorrem alterações mais relevantes. No livro, é visível o entusiasmo do crítico com a obra *Rondônia*, de Roquette Pinto. Porém, na edição do jornal, Lobato se estende por mais três parágrafos nos quais focaliza a figura do autor-etnólogo, comentando inclusive a forma de escrever do cientista:

O livro de Roquette Pinto é o mais interessante estudo publicado por um patricio sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós. Francamente, nós temos coisas muito mais sérias do que isto de ciência, esta maçada de raças autóctones e Gês e Nu-Aruaks. Temos, por exemplo, o estudo comparativo dos cem mil instantâneos fotográficos publicados pelas nossas revistas ilustradas onde se fixam as atitudes atuais, os sorrisos, os gestos, as passadas, as caretas do paredros Gês e dos estadistas Nus. Não nos sobra tempo para estudo dos outros, dos que trazem tanga. Apesar disso, nos momentinhos de folga que a Instantâneographin Comparada nos concede, é possível darmos nosso quarto de hora de atenção à obra deveras notável do emérito professor do Museu Nacional. Pela forma fragmentária de notas, pela amenidade da forma, pelo entregachamento de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés. A ciência bem dosada nas “pink-pills” é ingerida sem que o percebamos. Arrastados pela parte

anedótica vamos a boiar pela corrente do livro, com os olhos distraídos pelos quadros marginais e com o espírito alerta e alegre pelos “casos” e retratos, e observações psicológicas com que o autor entremeia e disfarça a aridez do estudo etnológico.

O dr. Roquette Pinto é eminentemente compreensivo. Sabe fazer livros como os precisamos, livros que nos incutam ciência “malgénous”.

Se para finalizar dissermos do elemento sedutor que a sua simpatia pessoal sabe defluir no estilo, teremos feito o elogio completo da sua excelente Rondônia. E restará apenas estranhar o critério editorial do governo. Foi o governo o editor do livro, mas ao contrário de todos os outros editores, não o pôs à venda. Publicou-o para guardá-lo a sete chaves nos arquivos, donde os amigos filam alguns exemplares e o resto o caruncho comerá. Em matéria de publicidade é um critério perfeitamente Ge. Critério falso, mas, concorde-se, riquíssimo de cor local.

Se a delonga estava também a serviço da divulgação do livro – como mercadoria – os recortes de “Início da ação” (12.5.1918) estão relacionados, possivelmente, a questões políticas da época, compreendendo-se essa não só em relação aos poderes instituídos, mas às comunidades referidas ou identificadas:

Se, por exemplo, algum “médico físico espontâneo” vai à Vila Americana, e lá, em comício na praça, convence ao prefeito de que é mister “metralhar o livro, bandeira de morte, de Belisário Pena – Saneamento do Brasil”, e se esse prefeito desfaz pelo desleixo todo o serviço de terra realizado pela comissão sanitária, um enorme dispêndio de esforço e dinheiro estará irremediavelmente perdido. Entretanto, pela conservação rigorosa dessa obra, a Vila irá restituindo rapidamente aos cofres públicos, por meios indiretos, o que deles saiu para empatar-se lá.

Na sequência, o autor inicia comentário sobre o norte do país, concluindo o texto:

O Brasil por lá desandou demais, desandou fora de toda a conta e medida.

No Pará já aconteceu esta coisa inconcebível: os empregados do Museu Goeldi, esfaimados pelo calote oficial comeram um belo dia o famoso pirarucu, que era a maior curiosidade do museu. Outros apetites,

vendo aquilo, surgiram, e mais vorazes ainda, devoraram o resto. É fato virgem no mundo, o Museu Goeldi desapareceu da face da terra pela via digestiva das piranhas humanas. Ora, é lá possível crer em movimentos saneadores em zonas onde um fato como este é nada diante de outros bem mais sugestivos?

Excesso de informação ou referência imprópria à parcial ação rockfelliana – lembrando o elogio público que *O Estado* dedicaria à missão de Rockefeller contra a ancilostomose no Brasil, em 18 de março de 1918 – trecho mais extenso também é cortado em “Iguape” (15.5.1918), em sua edição como capítulo de *O problema vital*:

Na de Iguape não se abrem privilégios dessa ordem poupando a vida a parasitos de tanta letalidade como o ancilóstomo, e além disso fere-se de frente com igual energia o Moloch malárico.

Temos o vezo doentio de malsinar o nosso para realce do alheio. Fugindo a ele, arrastados pela evidência e premidos pela justiça, hemos de confessar que a ação de Iguape, sobre modelar reúne a maior economia à mais alta eficiência. Se houver procura de um paradigma para norteio de ações futuras é ali que hão de procurá-lo. O método Melchiádes, consistente em não espaçar como é de praxe, a dose de timol e dá-la de uma só vez, em bloco, sem perigo de nenhuma conseqüência má, permite reduzir grandemente o trabalho e também encurtar a duração da refrega. Merece ampla divulgação.

A agressividade do texto também se mostra reduzida na versão em livro, retirando-se, por exemplo, trecho referente aos opositores à campanha sanitária: “nem a campanha de rua da ‘medicina físico-espontânea’ nem o fincão maledicente dos que possuem a verminose localizada no cérebro”. Fechando a série, “As novas possibilidades das zonas cálidas” (3.6.1918), publicado em *O problema vital* como “As grandes possibilidades dos países quentes” tem também sua referência ao gênero piteco minimizada, talvez uma suavização da imagem do homem selvagem primitivo: “lembrando um troglodita ressurrecto pelo atavismo, nas florestas da Sumatra, como lembrete vivo da nossa prosápia – ‘memento homo quia simius est’”.

Último texto submetido à comparação, “Um grande artista” (16.11.1921), publicado em edições posteriores de *Idéias de Jeca Tatu* – a primeira edição é de 1919, portanto, anterior ao artigo em jornal – traz uma conclusão posteriormente retirada para o livro, a qual demonstra como a adequação ao veículo é fato relevante para a escrita: “Vejam agora como S. Paulo acolhe o maior pintor que a tem visitado. Vejam se a Paulicéia se reabilita da ximenada em que escorregou”. Evidentemente, a conclusão é um apelo ao público, uma busca de convencimento justificada somente num veículo diário e contemporâneo do leitor das páginas de *O Estado* de 1921.

Como se pode notar tanto pelos temas quanto pelo aproveitamento do material jornalístico para publicação em livro, Lobato divulga suas ideias numa cadeia de textos que, por todos os ângulos que se tente abordá-los, deixa ao leitor pistas de que o conjunto tem uma coerência interna no veículo em que está publicado. Se existe um *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004, p.120), isto é, uma imagem do autor, essa imagem está imbricada na imagem do enunciador *O Estado*. Os valores, os temas, a frequência de publicação, os elementos constitutivos do fazer jornalístico conformam uma *práxis* pela qual o Lobato jornalista pode receber outro título: publicista (Zilberman, 1985, p.13).

Longe da intenção de criar categorias para o enaltecimento do escritor, nomeá-lo como publicista é oportuno para se compreender como se dá a integração do escritor com *O Estado* e, ao mesmo tempo, como seu discurso tão próximo de outros intelectuais da roda do “velho órgão” pôde se destacar de um conjunto no qual as diferenças de conteúdo e forma não eram as mais radicais para que o leitor pudesse, com espanto, encontrar um novo jeito de escrever até ali inédito no periódico. O Lobato publicista possivelmente é o que tem mantido o Lobato jornalista estabelecido ao longo da história do sistema cultural brasileiro no século XX.